

PREFÁCIO I – O PADRE DAS PRISÕES PORTUGUESAS

Os sacerdotes ocuparam, desde sempre, um lugar privilegiado no itinerário das religiões. As diferentes épocas atribuíram-lhes papéis muito variados, nem sempre de índole religioso. Não houve tarefa humana que não tenha tido a sua presença e o seu contributo. O sacerdote católico, como sabemos, tem referências muito peculiares. Não se identifica com as pegadas dos sacerdotes da antiga aliança, que ofereciam sacrifícios a Deus, mas é ele próprio, segundo o exemplo de Cristo, que oferece incondicionalmente a sua vida em favor de actividades culturais e, sobretudo, de pastorais eclesiais. Sempre situado no coração da comunidade, os tempos fizeram com que, na actualidade, e agindo em nome de Cristo, os sacerdotes se interessassem e se comprometessem com os problemas da Humanidade. Em nome de Cristo e da Igreja, mergulharam em todas as situações da vida humana para se tornarem fermento de valores evangélicos na sociedade. São, em síntese, enviados para revelarem o rosto misericordioso de Deus em favor dos Homens.

Ninguém ignora que a fidelidade ao projecto de Deus foi e é interpretada de diversos modos. Para uns há encanto e compromisso, para outros há espírito burocrático e rotineiro, contentando-se em viver nos espaços mais comuns da pastoral.

Não foi necessário esperar pelo testemunho e convite do Papa Francisco para sair dos ambientes eclesiais e partir para as periferias. Houve sempre alguém que soube ser presença da Igreja nos ambientes mais complexos da vida humana.

A história da Igreja testemunha-nos esta presença misericordiosa junto dos mais débeis e marginalizados. Também hoje continuam a surgir Samaritanos que não passam ao lado das situações reais e concretas da sociedade. Existem diversas carências em muitos lugares. Mas uma coisa é certa.

Quando alguém se apaixona por determinadas causas não se detém perante as dificuldades. O mundo das prisões é, desde há muito, uma realidade peculiar. Nele encontram-se pessoas que, para lá dos crimes que possam ter perpetrado, são dignas de uma solicitude e atenção. É tão importante uma estratégia preventiva quanto uma presença que acompanhe em ordem à recuperação e integração na sociedade. Esta presença é feita por pessoas que não se cansam mas lutam para recuperar a dignidade ferida ou perdida.

O P. João Gonçalves cedo se deixou tocar por este desafio. Todos reconhecemos o seu trabalho alegre e constante para, em primeiro lugar, entrar dentro das diferentes problemáticas emergentes e, logo de seguida, agir em consonância. Os anos deram-lhe muita experiência e a fé conduziu-o para uma aventura nem sempre consciente do que poderia acontecer. Soube amar as prisões e o amor tornou-o perito em humanidade. Ajudou a recuperar a vida de muitos e a acreditar que esta recuperação continuaria numa vida de dignidade e de cumprimento dos deveres.

Conhecendo o quotidiano das prisões, e aquilo que seria necessário para prevenir comportamentos desintegrados, não se furtou à árdua tarefa de urgir perante as autoridades competentes o que deveria ser feito em ordem a um amanhã de esperança e

segurança. É justo reconhecer este trabalho e sublinhar a luta da denúncia de situações para que se possa acreditar na validade das prisões. Tudo foi cumprido enquanto homem mas, sobretudo, enquanto sacerdote. Se o apelidaram de “Padre das Prisões” quer dizer que foi assim que agiu e continuará a agir. Sem disfarces! Motivou ainda leigos, numa verdadeira compreensão da corresponsabilidade eclesial, para que juntos prosseguissem uma intervenção cada vez mais imperiosa.

Formulo votos para que este livro seja sinónimo de gratidão a quem se consagrou a uma causa, sem deixar uma multiplicidade de responsabilidades, e interpele muitos outros a seguirem os seus passos. As cadeias necessitam da presença de sacerdotes e leigos. E as autoridades deveriam ser capazes de facilitar este acesso sem desconsiderar uma legislação que preserve o ambiente sadio. Deveriam também reconhecer que a presença da Igreja é um factor essencial e constitutivo do quotidiano da vida das prisões. É importante o culto, é certo. Talvez ainda mais importante sejam outros momentos e contactos, diálogos e reflexões, e que a audácia de alguns Samaritanos não só não se perca mas seja potencializada. À imagem do papa Francisco, a Igreja deve estar nestes lugares. Não se trata de proselitismo. Interessa-nos servir e ajudar quem se encontra à deriva.

Por tudo isto, obrigado P. João Gonçalves. Que muitos outros se encantem por esta causa. A sociedade beneficiará e muitos poderão ser felizes e retribuir essa felicidade. Obrigado, também, Inês Leitão por teres apresentado à sociedade, de um modo tão belo, a figura inspiradora do P. João Gonçalves. A Igreja está-te grata.

D. Jorge Ortiga

Braga, Fevereiro 2016

PREFÁCIO II – O PADRE DAS PRISÕES PORTUGUESAS

A perspectiva da recuperação social do delinvente e a ideia de que o tempo de reclusão não legitima, para lá do cumprimento da própria pena, qualquer diminuição de direitos que a lei não preveja, afirmam-se ao mesmo tempo como princípios de referência, limite e fundamento para o direito de punir reconhecido, em democracia, aos Estados. É assim que a humanização das prisões se constitui necessariamente em objectivo que àqueles vem juntar-se, marcando decisivamente a cultura inter-subjectiva no interior dos estabelecimentos prisionais e, bem assim, o tipo de relação a estabelecer entre estes e a própria comunidade, desde logo, chamando-a a assumir a sua responsabilidade no acompanhamento da execução das penas. É esta interacção do sistema, como instituição total, com a comunidade livre, que se mostra capaz de levar à verdadeira compreensão daquele, desde logo, na formação de uma atitude de solidariedade que evite a ruptura entre exigências de disciplina, ordem e segurança, e valores inegociáveis, como são os de respeito pelo outro e de crença no Homem e na Humanidade. Daí a necessária abertura à sociedade civil, às suas organizações e a todos aqueles que se disponham a envolver-se como agentes activos num processo cheio de complexidade, atravessado por

contradições permanentes, mas, até por isso, particularmente desafiante.

Importa, porém, ter bem presente a consciência de que uma intervenção desta natureza não repousa apenas na boa vontade de quem para ela se oferece, nem nas melhores intenções de quem para tanto se disponibiliza. Hoje, qualquer tipo de voluntariado social demanda conhecimento, formação, avaliação crítica. E, se assim é, em geral, muito mais o será quando se trata de o exercer no interior das prisões. Um cortejo de maus exemplos poderia fazer-se aqui desfilar para o comprovar. Mas para quê, se o que aqui temos, diante dos nossos olhos, é exactamente o contrário, isto é, um exemplo superior da qualidade, a vários títulos, que importa exigir na intervenção junto de reclusos, no interior das prisões.

É, também por isso, aliás, que este *O Padre das Prisões Portuguesas*, adquire uma especial importância. Nele ressalta a figura ímpar do Padre João Gonçalves, em cujo percurso de vida é bem possível surpreender uma vocação para o outro, para a compreensão do outro e para uma imensa capacidade de com ele dialogar, que naturalmente o levou para terrenos onde a condição humana, tantas vezes, conhece experiências que, no limite, a negam e violentam. A autora, Inês Leitão, sem perder o fio de homenagem e reconhecimento que por todos nós é devido ao Padre das prisões, leva-nos bem mais longe, trazendo-nos suporte teórico, cultural, religioso, enfim, humano, para podermos acompanhar uma leitura sempre cativante e chegarmos ao conhecimento fundamental para exercermos responsabilmente o direito democrático de opinião sobre um tema acerca do qual, em geral, afirmamos tanto e sabemos tão pouco.

Sem fugir à dificuldade das esquinas que o assunto contém, aqui somos confrontados com a necessidade de sabermos de que falamos quando, não raras vezes, confundimos misericórdia, caridade e solidariedade. Sendo esta uma obra religiosamente comprometida é na aceitação desse comprometimento que devemos acompanhá-la, retirando da sua leitura, por isso mesmo, não a verdade única e definitiva, que nos indique o caminho a seguir, mas uma proposta séria, muito bem elaborada, cheia de sugestões que, na bondade dos seus fundamentos, bem podem ser acolhidas por aqueles que, leigos ou até agnósticos, o não são relativamente aos valores que têm no centro a pessoa humana e o dever de respeito e de reconhecimento de que cada uma é detentora.

Curiosamente, tendo o Padre João Gonçalves como Santo da sua particular devoção, S. Francisco de Assis, bem interessante é ligar a sua incansável actividade nas prisões, não só às palavras e à prática do Papa Francisco, com até buscar deste, na sua Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário de Misericórdia, *Misericordiae Vultus*, palavras como estas:

«Se Deus Se detivesse na justiça, deixaria de ser Deus; seria como todos os homens que clamam pelo respeito da lei. A justiça por si só não é suficiente, e a experiência mostra que, limitando-se a apelar para ela, corre-se o risco de a destruir. Por isso Deus, com a misericórdia e o perdão, passa além da justiça. Isto não significa desvalorizar a justiça ou torná-la supérflua. Antes pelo contrário! Quem erra, deve descontar a pena; só que isto não é o fim, mas o início da conversão, porque se experimenta a ternura do perdão. Deus não rejeita a justiça. Ele engloba-a e supera-a num evento superior onde se experimenta o amor, que está na base duma verdadeira justiça. Devemos prestar muita atenção àquilo que escreve Paulo, para não cair no mesmo erro que o apóstolo censurava

nos judeus seus contemporâneos: « Por não terem reconhecido a justiça que vem de Deus e terem procurado estabelecer a sua própria justiça, não se submeteram à justiça de Deus. É que o fim da Lei é Cristo, para que, deste modo, a justiça seja concedida a todo o que tem fé ».

De entre as Obras de Misericórdia Corporais, ressalta, como é sabido, a de «visitar os presos».

Porém, como resulta da pena de Inês Leitão, o Padre João Gonçalves, há muito que não se limita à visita e ao acompanhamento no interior das prisões. A sua enorme experiência e a sua profunda reflexão levam-no mais longe e interpela a própria lei, desde logo, no tempo e na justeza da sua aplicação. Segundo a autora, são dele as palavras que o levam a afirmar que «o valor da lei só é válido quando põe as pessoas em relação efectiva com o legislador. Isto é, o legislador é o que faz a lei mas não é ele que a aplica. O legislador corre o risco de fazer leis demasiado frias e distantes...». E aqui, João Gonçalves coloca o acento tónico no momento da aplicação da lei. Justamente naquele tempo em que a lei adquire um rosto próprio no rosto da pessoa a quem vai aplicar-se. O Padre João Gonçalves torna-se, assim, um verdadeiro mediador entre o exterior, que ele é, e o interior que ele representa cá fora. E também isso é exuberantemente demonstrado e desenvolvido neste excelente texto de Inês Leitão.

Da sua leitura não pode, por exemplo, desprender-se a responsabilidade política pelo funcionamento do sistema prisional. Esta não é matéria que reúna vontades ruidosas, que reivindiquem, criando constrangimentos ao legítimo desejo de sobrevivência política. Estamos perante um terreno sem poder, no qual, para muitos, a fragilidade das soluções vem a ser justificada por uma errónea concepção de punição que, indo para lá da própria pena, se devolve em grave violação de direitos humanos. É, assim, reconfortante ler, de Inês Leitão, que «um olhar transversal pela justiça portuguesa permite compreender um caminho de humanização que foi criado...». Mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de levar-se seriamente em conta que a autora, prossegue, para dizer que «hoje a ausência de apostas de força no âmbito da reabilitação do indivíduo permanecem».

A história da pena ao longo dos séculos, permite-nos alimentar a previsão de que, um dia, a pena de prisão desaparecerá do elenco das reacções criminais à prática do crime. Porém, ao invés, a nova criminalidade, o grau de violência que comporta, a sua dimensão internacional e os devastadores efeitos que produz em termos individuais, colectivos e intergeracionais, não aponta para que aquela previsão venha a confirmar-se, sendo que o tipo de crimes e a qualidade dos seus agentes virá, como tem vindo já, alterar significativamente o habitat no interior da prisão e, simultaneamente, a colocar questões novas quanto às políticas a adoptar, nomeadamente, em matéria de recuperação social de delinquentes, as mais das vezes, portadores de estatuto de completa integração no meio. Significará isso que também a prática do voluntariado haverá de reconhecer reponderação quanto às práticas a seguir, quanto aos instrumentos a utilizar, quanto aos objectivos conjunturais a atingir. E, aí, uma vez mais, o traço comum a unir os diversos reclusos não será outro que não seja a sua condição humana, o conjunto dos direitos humanos de que jamais podem ser despojados e o dever de respeito intransigente por estes. É esta a forma de, no limite, a civilização poder arrogar-se o direito de combater a barbárie. E esta só se vence pela afirmação daquela, nunca pelo recurso a uma barbárie

superior à que se procura combater.

Ora, também sobre isso, este *O Padre das Prisões Portuguesas* nos ajuda a reflectir e a tomar posição. Por um lado, informando, designadamente sobre o sentido e os objectivos da Pastoral Penitenciária em Portugal. Por outro lado, oferecendo-nos, com cópia de pormenores, interpelações várias, a cruzar Caridade e Misericórdia com Liberdade, Castigo e Consciência e, todas estas, com Perdão e Reconciliação. Para o fazermos com um sabor permanente a realidade, não faltam na obra de Inês Leitão, episódios que falam só por si e que nos alertam para a concreta dimensão humana onde se projecta necessariamente o nosso abstracto pensamento. Basta, por todos, lembrar o caso do «homem a quem nunca tinham dado parabéns» e recordar o simples enunciado da situação.

«Um jovem de quase trinta anos fez anos na cadeia. Nesse dia, quando, um a um, os presos foram sabendo a novidade do dia, todos lhe deram os parabéns pelo seu aniversário. Foram-lhe oferecidas uma esferográfica e um bloco de papel como presentes de aniversário. Ele comoveu-se porque nunca tinha recebido um presente em toda a sua vida».

Um preso não é, pois, apenas, o crime que cometeu. Um preso é uma vida. O crime, um acontecimento nela. Que a marca. Que, muitas vezes é consequência dela. Mas que não a apaga. É ela, a vida inteira já vivida, que deve tomar-se como lugar de encontro. Esse lugar que o Padre João Gonçalves tanto tem sabido visitar. E que aqui Inês Leitão nos ensina, tão bem, a conhecer melhor.

Álvaro Laborinho Lúcio
Coimbra, Março de 2016